XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

DA CRISE NEOLIBERAL À ASCENSÃO "NEODESENVOLVIMENTISTA" NO BRASIL

Crismanda Maria Ferreira
crismandaferreira@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Brasil

RESUMO

O presente trabalho visa discutir o processo de crise do projeto neoliberal e a ascensão da proposta neodesenvolvimentista no Brasil. Tendo como base a tradição de autores que se propôs fazer à crítica da economia política – a tradição marxista -, recuperamos a discussão da crise em Marx, entendendo que pensar o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro na década de 2000, perpassa, necessariamente, a reflexão sobre a crise, especificamente, a crise do bloco-histórico neoliberal nos anos 1990. Este trabalho, construído via pesquisa bibliográfica e documental, é fruto das reflexões feitas durante a disciplina "Metodologia da pesquisa social", vinculada ao curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. No que concerne aos resultados, destacamos as reflexões que apontam as crises como expressões do caráter objetivamente dialético da acumulação capitalista. Como afirma Carcanholo (2010, p. 1), "não há momento na história do capitalismo em que fases de crescimento, mais ou menos sustentadas, não tenham sido sucedidas por fases de crise, mais ou menos profundas, e em que estas conformem novos períodos de acumulação de capital". O neoliberalismo – enquanto resposta capitalista à crise de 1970 e no movimento do que Behring (2003) denominou de "contrarreforma social e moral" -, teve como base receitual: controle dos gastos públicos, arrocho salarial, aberturas comercial e financeira, desmonte do welfare state e ampliação da tendência de privatização de bens públicos (CASTELO, 2013). No caso do Brasil, essa doutrina começa a se expressar tardiamente durante os governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Todavia, como afirma Castelo (2013, p. 243), "os resultados prometidos às populações não foram alcançados". Além das taxas de crescimento econômico manterem-se estagnadas, esse foi um período marcado pela agudização da "questão social" no país. Assim, a fragilidade da economia pautada no neoliberalismo estava exposta e, diante da crise, seria necessário um reajuste na direção estratégica. Foi a partir da tentativa de construção de um projeto variante, que surgiu o ciclo econômico-social que alguns autores denominam de "socialliberal" ou "neodesenvolvimentista". A inauguração desse ciclo histórico na realidade brasileira ocorreu a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O chamado neodesenvolvimentismo seria um tipo de terceira via, uma tentativa de conciliar desenvolvimento econômico com justiça social, esta última via expansão do crédito e programas de transferência de renda que viabilizariam o acesso ao consumo. Porém, o que os desenvolvimentistas não enfrentaram foi o fato de que a pobreza e o subdesenvolvimento são parte do arranjo estrutural do próprio sistema capitalista. Deste modo, constatou-se a incompatibilidade entre os dois elementos centrais da proposta "neodesenvolvimentista" - crescimento econômico e desenvolvimento social – de maneira que prosseguiram os altos índices de concentração de renda, desigualdade social, além da precariedade do trabalho no país.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the crisis process of the neoliberal project and the rise of the neodevelopmental proposal in Brazil. Based on the tradition of authors who proposed to criticize the political economy - the Marxist traditio - we recovered the discussion of the crisis in Marx, understanding that to think the pattern of brazilian economic development in the decade of 2000, necessarily pervades the reflection on The crisis, specifically, the crisis of the neoliberal historical block in the 1990s. This work, built through bibliographical and documentary research, is the result of the reflections made during the course "Methodology of social research", linked to the Master's Degree in Social Work Program Post-Graduation in Social Service of the Federal University of Pernambuco. Concerning the results, we highlight the reflections that point the crises as expressions of the objectively dialectical character of capitalist accumulation. As Carcanholo (2010, 1) states, "there is no moment in the history of capitalism in which more or less sustained phases of growth have not been succeeded by more or less profound phases of crisis, periods of capital accumulation ". Neoliberalism - as a capitalist response to the 1970 crisis that Behring (2003) called the "social and moral counter-reform", was based on a prescription: control of public spending, wage tightening, trade and financial liberation, dismantling of the welfare state and expansion of the privatization trend of public goods (CASTELO, 2013). In the case of Brazil, this doctrine begins to express itself belatedly during the governments Collor de Melo and Fernando Henrique Cardoso. However, as Castillo (2013, p. 243) states, "the results promised to the populations have not been achieved". As economic growth rates remained stagnant, this was a period marked by the sharpening of the "social issue" in the country. Thus, the fragility of the economy based on neoliberalism was exposed and, in the face of the crisis, it would require a readjustment in the strategic direction. It was from the attempt to construct a variant project that the social-economic cycle that some authors denominate as "socialliberal" or "neodevelopmentism" emerged. The inauguration of this historical cycle in the Brazilian reality occurred from the governments of the Workers' Party (PT). The so-called neodevelopmentism would be a kind of “third way"’, an attempt to reconcile economic development with social justice, by credit expansion and income transfer programs that would facilitate access to consumption. However, developmentalists have not faced the fact that poverty and underdevelopment are part of the structural arrangement of the capitalist system itself. In this way, the incompatibility between the two central elements of the "neodevelopment" proposal was found to be economic growth and social development - in a way that continued high levels of income concentration, social inequality, and precarious work in the country.

Palavras-chave

Brasil; crise; neodesenvolvimentismo.

Keywords

Brazil; crisis; neodevelopment.

I. Introdução

Refletir sobre o modo de produção capitalista é um dilema que diversos autores se propuseram a enfrentar. Alguns, por sua vez, fizeram desse desafio seus projetos de vida, debruçando-se, por grande parte de seus anos, em estudos, pesquisas e sistematizações. Tais contribuições se diversificam entre as diversas correntes do pensamento econômico e social mundial, desde as matrizes liberais (de Smith à David Ricardo), àquelas que se colocaram a fazer a crítica da economia política (vinculados à tradição marxista), dos estudos clássicos aos estudos contemporâneos.

Karl Marx (1918-1883), pensador alemão, está entre esses autores que se colocaram o desafio de estudar a sociedade burguesa, tendo deixado um acervo de textos que, até hoje, se coloca como vasto campo para pesquisa. Em Marx e nos autores de sua tradição, o processo de acumulação capitalista ocorre em ciclos, isto porque "os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o reestabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor." (Carcanholo, 2010, p.1).

As crises capitalistas configuram uma das contradições fundamentais – e vitais – da reprodução deste modo de produção. Como desvendou Marx, tais crises representam um estancamento no processo de acumulação, sentido primeiro e último deste sistema. Para Marx, a crise, "essa contradição do capital, desaba em tormentas que ameaçam cada vez mais o próprio capital como o fundamento da sociedade e da produção" (Marx, 2011, p. 544). As crises capitalistas não representam, no entanto, o último suspiro do capital: antes, tem sido um mecanismo por meio do qual o capital, como processo, recupera seu fôlego. As crises dão lugar a processos de restauração, isto é, a processos por meio dos quais o padrão e o fluxo da acumulação e a dinâmica entre produção e realização do valor (Harvey, 2014) são retomados.

A partir das crises, são operacionalizadas mudanças que reordenam as relações entre capital e trabalho e entre Estado e sociedade. Como bem explica Mota (2013, p. 1), a dinâmica capitalista,

"cria e recria historicamente mecanismos e engrenagens para assegurar a sua reprodução, sempre conflitiva e contraditória", visando, sobretudo, dinamizar a economia e dar direcionamentos que atendam às exigências do mercado, impactando diretamente o mundo do trabalho e a vida dos trabalhadores.

Com a apreensão destes preâmbulos, é importante demarcar a motivação de iniciar nossa discussão pela mediação da crise, esta que não foi uma escolha à toa. Pensar o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro na década de 2000 – que é nosso objetivo neste trabalho - perpassa, necessariamente, a reflexão sobre a crise, especificamente, a crise do bloco-histórico neoliberal nos anos 1990, nos termos de Castelo (2013). Tal crise que sucedeu na resposta social-liberal ou ascensão da proposta neodesenvolvimentista, que diversos estudiosos tem se debruçado a pesquisar.

É esse caminho que pretendemos trilhar na discussão que iremos apresentar nesse texto e que, embora já nos lance elementos fundamentais, ainda é uma pequena parte de nossa pesquisa em andamento no âmbito do mestrado em Serviço Social.

II. Marco teórico/marco conceitual

Ao tratarmos sobre o modelo neodesenvolvimentista vigente no Brasil na última década faz-se necessário retomar a discussão sobre o contexto brasileiro durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, expressamente neoliberais, no qual destacaram-se as tendências de privatização de bens públicos e desresponsabilização do Estado com as políticas sociais. O Estado deixa de ser o indutor da economia e o mercado passa a exercer esse papel.

Com a criação do Plano Real em 1994, consegue-se estabilizar os preços da economia. Entretanto, juntamente com a estabilização veio a adoção das políticas de cunho neoliberal da cartilha do Consenso de Washington[1], a mundialização do capital e o movimento de financeirização. A adoção de tais medidas pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Assim, a dependência externa acentua-se ainda mais, na medida em que para receber o financiamento teriam que sujeitar suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional (Alves, 2014).

Esse foi um período marcado pelos aumentos nos níveis de desemprego, a precarização das relações de trabalho, estagnação econômica, e deterioração do mercado de trabalho, a perda de direitos trabalhistas, o crescimento da informalidade e da concentração funcional e pessoal de renda, além da subordinação das políticas econômicas nacionais aos interesses do capital financeirizado.

A crise financeira que afetou o Sudeste Asiático, Rússia e Brasil no final da década de 1990, expôs a fragilidade da economia global pautada no neoliberalismo. Diante desse contexto, surgiram movimentos sociais e políticos que criticaram essa ordem neoliberal e mostravam a sua insatisfação com a nova ordem burguesa conduzida pelo capital financeiro. Dessa forma, com o

[1] Consenso de Washington foi um conjunto de medidas baseadas no mantra estabilizar, privatizar e liberalizar, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras. Se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (Alves, 2014, p, 133).

fracasso dos projetos burgueses neoliberais na América Latina, fez-se necessário encontrar um projeto capitalista de desenvolvimento "alternativo" às políticas neoliberais (Alves, 2014).

A partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT - Partido dos Trabalhadores, inaugura-se uma nova agenda desenvolvimentista no Brasil, difundindo a pauta da modernização em que o progresso técnico passa a ser extremamente valorizado. É nessa conjuntura que surge o chamado novo-desenvolvimentismo, que "após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, logo se apresentou como uma terceira via, tanto do projeto liberal quando do socialismo" (Castelo, 2012).

Durante a corrida presidencial de 2002, Lula contava com uma significativa desconfiança do mercado financeiro internacional. Desse modo, o então candidato à Presidência procurou ressaltar sua face moderada na tentativa de acalmar os mercados e ampliar sua base eleitoral, levando-o a uma intensa busca de apoio junto ao setor privado. Símbolo disso foi a elaboração, na reta final da campanha, da "Carta ao Povo Brasileiro"[2], uma afirmação de compromissos com a manutenção da estabilidade econômica e respeito aos contratos feitos pelo governo anterior.

Pode-se dizer que foi a aliança capital-trabalho que ajudou a garantir a vitória de Lula em 2002. Diante de um cenário marcado de instabilidades, incertezas e problemas na hegemonia burguesa em decorrência da crise no início dos anos 2000, fez-se necessário um pacto de classes entre a pequena burguesia política (representada pelo PT) e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira). Esse pacto garantiria de um lado, a manutenção da política econômica, e de outro, uma ampliação de políticas sociais distributivas.

A finalidade desse pacto era garantir que todos saíssem ganhando: os trabalhadores, pelo aumento da oferta de emprego via investimento no capital produtivo (ainda que seja precarizando os vínculos e direitos trabalhistas resultando numa superexploração da força de trabalho), acesso ao consumo via a facilitação de crédito, investimento no ensino técnico, políticas compensatórias de transferência de renda; e para os grandes empresários do capital monopolista "condições macroeconômicas, saneamento do Estado, subsídios diretos e previsibilidade para fazer seus investimentos e garantir suas taxas de lucro, como caracteriza Iasi (2014, p, 52).

[2] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso: 05/10/2015.

III.Metodologia

Na construção de qualquer estudo científico, definir um método a ser aplicado é central. Conforme a definição de Netto (2011), o método implica uma perspectiva do sujeito pesquisador, que o permite extrair do objeto as suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, nosso estudo está baseado no materialismo histórico dialético, cuja base é a teoria marxista, pois entendemos que este método nos permite realizar uma abordagem capaz de considerar as múltiplas determinações presentes na realidade social, possibilitando assegurar a construção do conhecimento crítico da dinâmica das relações sociais.

Löwy (2010) afirma que, através do método marxista, os fenômenos sociais não são compreendidos de forma isolada, sem conexão com os demais fenômenos que os cercam. Uma análise dialética enfoca as contradições internas da realidade, que refletem um enfrentamento permanente das várias classes sociais que a compõem.

Aqui, ressalta-se a relevância do princípio da totalidade como uma categoria metodológica do método escolhido para elaboração desse trabalho. Conforme Lowy (2010), a referida categoria representa a captura da realidade social como um todo orgânico, no qual não se pode compreender um elemento ou uma dimensão sem levar em consideração a sua relação com o conjunto complexo que estrutura a sociedade.

O processo de investigação de nosso objeto neste trabalho – a crise neoliberal e o neodesenvolvimentismo no Brasil - foi realizado via realização de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, entre outros), documental (em fontes primárias e secundárias) e empírica (realização de entrevistas semiestruturadas).

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica nos coloca em contato com o que já foi produzido referente à nossa temática, possibilitando um maior aprofundamento teórico e uma cobertura mais ampla dos fenômenos estudados. Neste trabalho, o levantamento bibliográfico se direcionou às elaborações sobre o modelo neodesenvolvimentista no Brasil, destacando a configuração desse modelo de desenvolvimento vigente. Elencamos os aspectos gerais da crítica ao neodesenvol-

vimentismo, produzida por autores da tradição marxista, com fins de entender as particularidades desse contexto no país.

As leituras feitas foram sistematizadas em fichamentos e as sínteses teóricas estão expostas ao longo do artigo.

IV. Análise e discussão dos dados

Ao assumir em 2002, o presidente Lula manteve os marcos essenciais da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, superávit primário), mas ampliando também vários programas de assistência social. Conforme dados do Ministério da Fazenda de 2010 e 2011[3], o programa Bolsa-Família foi estendido a 11 milhões de famílias, quase triplicando sua abrangência. O coeficiente de Gini caiu de 0,596 para 0,543 entre 2001 e 2009. O salário mínimo cresceu 57%, em termos reais, entre 2002 e 2010, o que significou um acréscimo significativo da massa salarial e do consumo de bens-salário. Nos oito anos da Era Lula, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu a uma média anual de 4%, enquanto nos oito anos anteriores essa expansão foi de 2,3% (Cunha, Bichara & Fonseca, 2013).

No que concerne a defesa desse "novo" projeto desenvolvimento brasileiro os primeiros escritos partiram de Luiz Carlos Bresser Pereira[4] que em 2004, publicou na Folha de São Paulo um artigo no qual defendia, segundo Castelo (2012), uma estratégia de desenvolvimento nacional que rompesse com a ortodoxia do neoliberalismo. Em seus apontamentos, Pereira (2004) aborda três pontos principais que diferenciaria o nacional-desenvolvimentismo, da década de 1950, do novo desenvolvimentismo dos governos PT: 1) maior abertura do comércio internacional; 2) maior investimento privado na infraestrutura; 3) maior preocupação com a estabilidade macroeconômica (Castelo, 2012).

O modelo neodesenvolvimentista ganhou força no cenário nacional com publicações de obras e artigos acadêmicos e jornalísticos. De modo geral, existiram três principais correntes do novo desenvolvimentismo no Brasil: macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo; pós-Keynesiana; social-desenvolvimentista. A primeira tese, desenvolvida por Bresser Pereira e Paulo

[3] Cf. Ministério da Fazenda. Economia Brasileira em Perspectiva – Edição Especial de 2010. Brasília: Ministério da Fazenda, 2011.
[4] Ex-ministro da Reforma do Estado, professor emérito da FGV-SP e intelectual orgânico do PSDB no período de 2004. Seu artigo publicado na Folha de São Paulo intitulava-se "O novo desenvolvimentismo".

Gala[5], tem como ideia central a primazia do mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, como uma atuação reguladora do Estado nas falhas de mercado, com destaque para a promoção das exportações. A segunda defende o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico. É importante salientar que tanto a primeira como a segunda defendem uma aliança do Estado com o mercado (empresariado industrial). Já a terceira e última corrente tem suas propostas assentadas na afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa (Castelo, 2012).

A discussão sobre o neodesenvolvimentismo, também foi tema da tese defendida pelo ministro Aloizio Mercadante. A tese publicada em dezembro de 2010 tinha por título "As bases do novo desenvolvimento no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)". Nela, Mercadante defendia que no novo desenvolvimentismo, o social é o eixo estruturante do econômico, uma característica que o difere do nacional-desenvolvimentismo do passado e do neoliberalismo do período recente. O Bolsa-Família, os aumentos do salário mínimo, o crédito consignado e a alta dos recursos para a agricultura familiar são algumas das medidas que, segundo o autor, reduziram a pobreza e diminuíram a desigualdade, além de ajudar a criar um mercado interno de consumo de massas.

Para os estudiosos neodesenvolvimentistas a desigualdade de renda pode ser considerada a origem de todos os males sociais. Um dos grandes objetivos de programas de desenvolvimento é a redução das desigualdades, ou seja, programas que visem aumentar a participação dos mais pobres na renda. Porém, o que os desenvolvimentistas não percebem ou não querem dar esse parecer é que a pobreza e o subdesenvolvimento são parte do arranjo estrutural do próprio sistema capitalista (Matos, 2012).

Para Castelo (2010, p. 194 apud Mota, Amaral e Peruzzo, 2010), o neodesenvolvimentismo seria uma espécie de Terceira Via, "uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao 'populismo burocrático', representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensoras do neoliberalismo (...), cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país".

[5]Cf. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Rev. Econ. Política, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, dez. 2010.

Na análise de autores como Sampaio Jr. (2012), nitidamente o que se buscou foi dar um "caráter social" ao ideário neoliberal consolidado na década de 1990. Segundo o autor, o objetivo seria

> Conciliar os aspectos "positivos" do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (Sampaio Jr, 2012, p. 679).

Todavia, conforme Gonçalves (2012), o reformismo social é evidente no novo desenvolvimentismo. Através dele se reconhece a necessidade de políticas de redução das desigualdades, no entanto não faz referência às reformas estruturais. Esse Estado regulador proposto pelo reformismo permitiria "mudar o mundo permanecendo tudo como está" (Bianchi & Braga, 2003).

Segundo os economistas, a classe média cresceu 44% durante o governo Lula, enquanto o consumo entre os integrantes da classe com remuneração mais baixa cresceu 6,8 vezes[6]. No entanto, dados recentes da Confederação Nacional do Comércio (CNC) revelaram o que essa facilidade ao crédito e ao consumo representa para a população brasileira: 62,7% dos brasileiros se declararam endividados. O levantamento mostrou ainda que, entre as modalidades de dívida mais citadas pelos endividados foi o cartão de crédito (77,7%), seguido por carnês (16,5%); e financiamento de carro (13,9%)[7].

A oferta abundante de crédito incentivando o consumo e os programas sociais de transferência de renda contribuíram para a concepção de ascensão das camadas mais pobres do proletariado urbano. Além disso, ao fazer a opção de investir em programas de transferência de renda e facilidade no acesso ao crédito - ao invés de investir numa ampliação das políticas de educação, trabalho e saúde de qualidade - se evitou confrontar os interesses do grande capital financeiro-industrial e acirrou a luta entre capital e trabalho.

[6] Dados disponíveis em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_economia.shtml> Acesso em: 05/10/2015.
[7] Dados disponíveis em: <http://www.valor.com.br/brasil/4195150/cnc-parcela-de-renda-comprometida-com-dividas-e-maior-em-cinco-anos>. Acesso em: 16/10/2015.

Outrossim, também podemos creditar como aspecto importante do neodesenvolvimentismo no Brasil, os altos índices de crescimento econômico nacional, expressados nos índices do Produto Interno Bruto (PIB) atingidos nesse período - cerca de 7,5% em 2010, 2,7% em 2011, 0,9% em 2012, 2,4% em 2013, tendo decaído somente no ano de 2014, chegando aproximadamente a 0,1% (IBGE, 2015).

Entre os programas que impulsionaram esse crescimento econômico do Brasil, podemos citar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o discurso governamental, o PAC "promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado" (Brasil, 2015), também contribuindo de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos.

O site oficial do PAC (2015) destaca que o programa

> Teve importância fundamental para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Em 2015, se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo (Brasil, 2015).

A região Nordeste brasileira – que, historicamente, esteve atrás das demais regiões do país no que se refere ao crescimento e desenvolvimento econômico por conta do histórico desenvolvimento regional desigual[8] (Oliveira, 2008) -, ganha, então, destaque nacional sob a égide neodesenvolvimentista, uma vez que passou a alocar parte dos empreendimentos de porte ligados ao PAC, apostando no desenvolvimento das economias locais

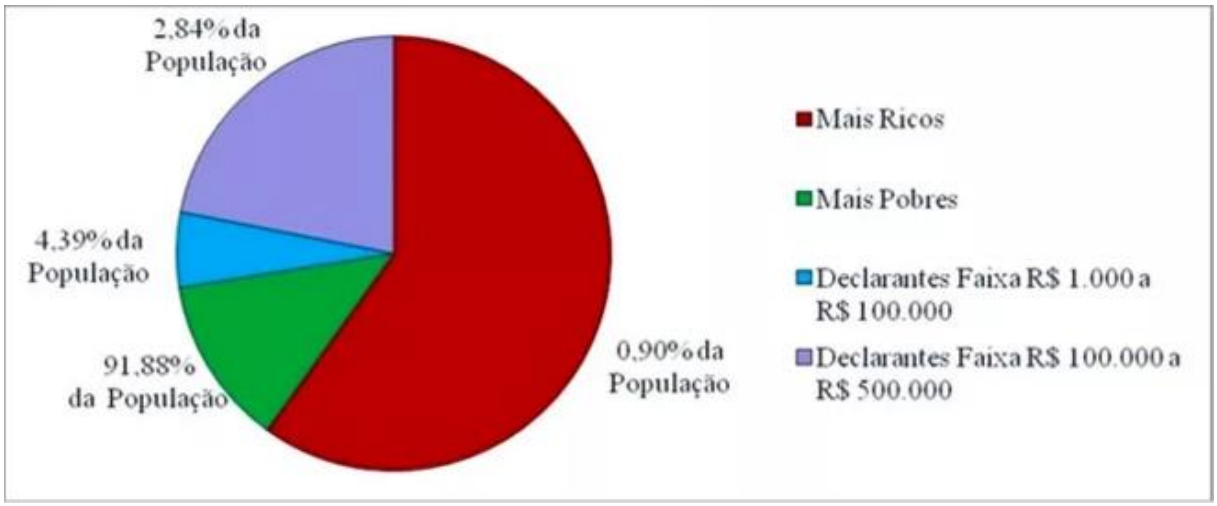
Porém, se no plano formal é possível idealizar os investimentos nacionais como

[8] A relação entre economia e Estado que ocorreu no Nordeste se deu de forma diferenciada da que prevalecia no centro-sul. Essa diferença é resultado da herança histórica e da redivisão regional do trabalho que a expansão capitalista no centro-sul comanda (Oliveira, 2008).

oportunidade para gerar empregos e inclusão social, no plano real isso não é o que acontece, uma vez que a dinâmica erguida nos apresenta um conjunto de problemáticas de ordem infraestrutural, social, até aquelas referentes ao mundo do trabalho.

Apesar dos índices elevados do PIB nacional, constata-se que a concentração de renda e a desigualdade no país mantiveram-se exacerbadas, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Repartição da Riqueza no Brasil – 2012



Fonte: (Receita Federal do Brasil apud Pragmatismo Político, 2015).

Ademais, entre as contradições do modelo de desenvolvimento atual brasileiro, podemos citar como exemplo a comparação entre os números de empregos gerados e a qualidade dos mesmos. No Brasil, entre 2007 e 2012, o aumento no número de empregos na construção civil chegou a 75%. No setor de petróleo e gás natural, foram gerados 150 mil empregos diretos e 600 mil indiretos (Brasil, 2015). No entanto, nota-se que o aumento na geração de postos de trabalho, não significou que o discurso do "novo desenvolvimentismo" se efetivou na realidade da classe

trabalhadora. O crescimento econômico e a recuperação do mercado de trabalho não expressam a qualidade do emprego gerado e melhoria nas condições de reprodução da força de trabalho.

Segundo Alves (2014), a maioria absoluta dos novos empregos criados nos últimos dez anos tem salários de até um e meio salário-mínimo, além dos trabalhadores estarem submetidos as condições de extrema precariedade, muitas vezes, sem direitos trabalhistas garantidos.

Desta forma, Mota, Amaral e Peruzzo (2010) atentam para a incompatibilidade entre os dois elementos da proposta do "novo desenvolvimentismo" - o crescimento econômico e desenvolvimento social – de maneira que prosseguem os altos índices de concentração de renda, desigualdade social, além da precariedade do trabalho.

De fato, nota-se que na atual conjuntura do capitalismo brasileiro, em meio ao *boom* de desenvolvimento econômico, existe a presença de uma classe trabalhadora que é profundamente afetada pelas contradições desse modelo desenvolvimentista, estando esses trabalhadores sujeitos tanto aos processos de precarização quanto de superexploração da força de trabalho - característicos das estratégias capitalistas para aumento da geração de mais-valor nas economias dependente e periféricas.

V. Conclusões

Na conjuntura recente brasileira, a "velha" ilusão desenvolvimentista foi vendida por governantes, empresários, acadêmicos e monopólios da mídia. Os governos ditos "progressistas" ficaram caracterizados e se auto difundiram pela combinação entre crescimento econômico, superação da pobreza extrema, ascensão de uma "nova classe média", ampliação de empregos, enfrentamento da dependência externa, além da possibilidade de construção de um "Estado Social" (Castelo, 2016) latino-americano.

É forçoso destacar que há controvérsias teóricas em torno do que caracterizaria o neodesenvolvimentismo: modelo de desenvolvimento, ideário ou novo contexto latino-americano? Em que pese tais polêmicas, que não serão objeto de análise neste momento de nossa elaboração, consideramos que as três dimensões estão necessariamente imbricadas. Nesta perspectiva, o neodesenvolvimentismo constitui a um só tempo um modelo de desenvolvimento capitalista das economias dependentes, que não rompe, antes atualiza, sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho; um ideário, forjado para legitimação e consenso em torno deste novo modelo (uma nova "terceira via" para o Estado e o desenvolvimento capitalista); e, por fim, ganha expressão em termos de um contexto que demarca uma nova fase de acumulação do capital na região que, embora não rompa com o neoliberalismo, carrega particularidades.

Do ponto de vista político, a crise do projeto neoliberal em nosso continente, como vimos, em meados do século XX, foi o ponto de partida para a insurgência desse "novo", melhor dizendo, reconfigurado, ideário do "desenvolvimento". Frente a essa crise e, principalmente, diante do quadro de deterioração social e econômica legado por décadas de hegemonia neoliberal e ajuste estrutural no continente, insurgem-se diferentes levantes sociais, conhecidos como movimentos anti-globalização neoliberal. Dentro desse novo contexto político, abre-se a necessidade de um reajuste na direção estratégica dos governos da região e a partir daí constrói-se a tentativa de um projeto alternativo, com nova tônica que articula desenvolvimento econômico e social, reivindicando o Estado.

Neste contexto, embora sejam eleitos novos governos de orientação progressista, vinculados a setores de centro-esquerda, em diversos países da região, dentre eles o Brasil, o que se percebeu foi que tratou-se de um novo momento do desenvolvimento capitalista na região, que marca "um movimento diverso, mas não inverso" (Abílio, 2014) em relação ao período de hegemonia neoliberal.

Longe de darmos conta de todos os elementos imbricados nas polêmicas teóricas, de maneira geral, os autores que dão base a nossa crítica ao neodesenvolvimentismo apontam que, durante mais de uma década, no Brasil, o PT, apesar do grande apoio nas massas trabalhadoras, implementou uma política de continuidade do programa dos governos Fernando Henrique Cardoso, sem o menor sinal de reversão.

Essa "continuidade sem sinais de reversão", não politizou os conflitos e contradições sociais, pelo contrário, generalizou os consensos (tanto passivo quanto ativo) e modificou a base social do governo. O concedido à classe trabalhadora não ultrapassou o limite aceito pelas classes dominantes, o que significou não tocar nas bases da desigualdade social no país: concentração da terra, da riqueza, sistema tributário regressivo, políticas sociais redistributivas e universais. Os governos deram marcha a uma política a serviço do capital com alguns traços ínfimos de reformismo. Dessa crítica construída, portanto, já era possível extrair os limites desse modelo de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo.

VI. Bibliografía

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos.* São Paulo: Boitempo, 2014.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil.* 1a. ed. Bauru: Editora Praxis, 2014. v. 1. 220p.

BRASIL. *Sobre o PAC.* 2015. Recuperado em 20 de outubro, 2015, de http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, 20 (3), pp.5-24, 2006. Recuperado em 07 de outubro, 2015, de http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Rev. Econ. Polit.,* São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, dez. 2010. Recuperado em 07 de outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400007&lng=pt&nrm=iso.

BRITO, Marcelo Fantaccini. *A defesa de tese de Aloizio Mercadante.* Recuperado em 07 de outubro, 2015, de http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-defesa-de-tese-de-aloizio?xg_source=shorten_twitter.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. In: *Aurora*, ano IV. 2010. Recuperado em 28 de outubro, 2016, de http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf.

CASTELO, Rodrigo. Florestan Fernandes: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello de (Coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Celso Furtado, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 43-75.

CASTELO, Rodrigo. O Social Liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-

estar. In: Mota, Ana Elizabete (org*). Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia.* São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo:auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva; FONSECA, Pedro Cezar Dutra; O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Nova economia.* Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, ago. 2013. Recuperado em 06 de outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006&lng=pt&nrm=iso.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GONCALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo, Editora Cortez, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, David. *Para entender O capital: livros II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

IASI, Mauro Luis. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 50-67.

IBGE. *Indicadores Econômicos*. 2015. Recuperado em 20 de outubro, 2015, de http://www.ibge.gov.br/home/.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, Cézar Henrique. A ideologia neodesenvolvimentista e as Políticas Sociais no Brasil: apontamentos sobre crise e hegemonia na periferia do capitalismo. *Revista Conexões Geraes***.** Horizonte: CRESS 6° Região, 2014, p, 14-24.

MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, A.G. Para compreender o desenvolvimento. In: MATOS, A.G. & VICTOR, G. *Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: Editora da UFPE, 2012, p. 11-50.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Economia Brasileira em Perspectiva – Edição Especial de 2010*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: VARELA, Raquel. *A segurança social é sustentável*. Lisboa: Bertrand editora, 2013. Recuperado em 11 de maio, 2015, de http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf.

MOTA, Ana Elizabete; Amaral, Angela Santana do; Peruzzo, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Editora Universitária, 2010, p. 35-67.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Expansão capitalista no Brasil e desenvolvimento regional desigual. In: *Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 117-204.

PRAGMATISMO POLÍTICO. *A distribuição de renda e a concentração de riqueza no Brasil.* Recuperado em 10 de outubro, 2015, de http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/distribuicao-de-renda-e-concentracao-da-riqueza-no-brasil.html.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 112. São Paulo: Editora Cortez, out./dez.2012, p.672-688.